



Índice

- 01 Índios recorrem ao STF para cobrar garantia de direitos constitucionais
- 02 Índios deixam acampamento no Distrito Federal com vitória parcial
- 03 PEC cria quatro vagas na Câmara para representantes dos povos indígenas
- 04 Índios fazem ato no Rio contra projetos que podem reduzir seus direitos
- 05 'Pianista sexy' vai de maiô a protesto e irrita índios
- 06 As causas da grande mobilização indígena
- 07 Indígena dá luz em pátio de Hospital
- 08 Repórter de uma guerra secular: mobilização indígena em Brasília
- 09 Festival em Belém celebra as culturas indígena e africana
- 10 Processo sobre Terra Indígena Kayabi é remetido à Câmara de Conciliação da Administração Federal
- 11 Janete comemora resultados das recentes manifestações indígenas
- 12 O grito de indígenas e quilombolas de Oriximiná
- 13 'Vivemos o maior ataque a direitos indígenas desde 1988', diz pesquisadora



Índios recorrem ao STF para cobrar garantia de direitos constitucionais

SÍTIO ECOS DA NOTÍCIA, 05.10.2013

Os indígenas protocolaram um documento pedindo à Corte que apresse o julgamento dos processos que envolvem interesses e direitos indígenas

Após cinco dias acampados em Brasília, os cerca de 1,5 mil índios de diversas etnias de todo o país que participavam da Semana de Mobilização Nacional Indígena começaram nesta sexta-feira (4/10) a retornar a suas comunidades.

Pouco antes de deixarem a Esplanada dos Ministérios, alguns líderes indígenas estiveram no Supremo Tribunal Federal (STF), onde protocolaram um documento pedindo à Corte que apresse o julgamento dos processos que envolvem interesses e direitos indígenas, a exemplo dos embargos declaratórios a respeito das 19 condicionantes estabelecidas pelo próprio STF para manter a demarcação da Raposa Serra do Sol (RR) em terras contínuas e que, segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), aplicam-se a todos os processos demarcatórios de terras indígenas.

Segundo o documento protocolado pelos índios, a demora na análise dos processos tem agravado a "notória situação de conflitos e violência, a insegurança jurídica e social e a criminalização dos nossos povos, comunidades e lideranças".

No texto, assinado pela Articulação dos Povos Indígenas (Apib), os índios reafirmam estar preocupados com o descumprimento e com as ameaças aos seus direitos constitucionais.

Eles citam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a prerrogativa de demarcação de terras indígenas.

"A Constituição de 1988 reconheceu aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas, competindo à União promover as demarcações", argumentam os índios, apontando que, passados 25 anos da promulgação da Carta, muitas conquistas ainda não deixaram o papel. "Nossos direitos não se efetivaram plenamente e as conquistas constitucionais estão ameaçadas por uma série de iniciativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário".

Os índios cobram, além da imediata retomada da demarcação de terras indígenas, a aprovação do Projeto de Lei 3.571, de 2008, que trata da criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), do Estatuto dos Povos Indígenas e o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Índios deixam acampamento no Distrito Federal com vitória parcial

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 05.10.2013

Depois de uma semana de manifestações, representantes de mais de 100 etnias decidem desmontar o acampamento na Esplanada dos Ministérios. Lideranças ficaram satisfeitas com a decisão da Câmara de suspender a análise da PEC 215



Índios desmontam acampamento em frente ao Congresso, mas prometem voltar se a PEC 215 entrar em pauta

“O índio só vai se manter, depois de mim, se tiver cuidado com a cultura do homem branco, que é perigosa; o alcoolismo e as drogas enfraquecem o índio. Se os índios tomarem cuidado e protestarem, como eu faço, os índios vão se defender e ser respeitados”. As palavras de Raoni Metuktire, cacique Kayapó de 83 anos, foram proferidas depois de uma semana de manifestações em defesa dos direitos dos povos indígenas. Com a presença de mais de mil índios de cerca de 100 etnias em Brasília, os protestos fizeram barulho suficiente para adiar a instalação da comissão especial que analisaria a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. A iniciativa pretende transferir o processo de demarcação de terras do Poder Executivo para o Congresso Nacional e foi a motivadora da invasão do plenário da Câmara, em abril, por centenas de índios contrários à alteração.

Desta vez, com um acampamento montado na frente do Congresso, a discussão da PEC 215 foi adiada de forma preventiva. Mesmo com a suspensão temporária da proposta, centenas de índios tentaram forçar a entrada no Congresso Nacional, na quarta-feira, e protestaram até que um grupo de 30 lideranças indígenas foi recebido pelo presidente em exercício da Câmara, deputado André Vargas (PT-PR).



PEC cria quatro vagas na Câmara para representantes dos povos indígenas

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 05.10.2013

Os índios poderão ganhar quatro cadeiras na Câmara dos Deputados, a serem preenchidas por meio de eleições entre todos os que vivem em comunidades indígenas no Brasil.

É o que determina a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 320/13, apresentada pelos deputados do PT Nilmário Miranda (MG) e Padre Ton (RO). A medida não se estenderá ao Senado e às câmaras municipais.

De acordo com a proposta, a totalidade das comunidades indígenas receberá tratamento análogo ao de um território.

Ao fazerem o alistamento eleitoral, os índios domiciliados nessas comunidades poderão optar por votar nas eleições gerais ou nas eleições específicas para candidatos indígenas.

A PEC estabelece ainda que a distribuição geográfica das vagas especiais para índios e as normas relativas ao processo eleitoral nas comunidades indígenas serão estabelecidas em lei. As quatro vagas serão somadas às 513 atualmente existentes na Câmara.

Segundo o deputado Padre Ton, não se trata de cotas, mas, sim, de uma forma de garantir a representatividade dos povos indígenas, cuja população, segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 817 mil brasileiros.

Trata-se de uma população maior do que a registrada em alguns estados da federação, e suas terras correspondem a mais de 12% do território nacional, ressaltam os autores da PEC.

Os deputados destacam ainda que o direito à representação política é considerado pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas um requisito vital para que um povo indígena desfrute de plena autonomia política.

Tramitação

A proposta terá sua admissibilidade analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Caso seja aprovada, uma comissão especial será criada para avaliar a PEC, que depois terá de ser votada em dois turnos pelo Plenário. (Agência Câmara Notícias)



Índios fazem ato no Rio contra projetos que podem reduzir seus direitos

SÍTIO TNH1, 05.10.2013

Rio de Janeiro – Índios de várias etnias e apoiadores da causa indígena fizeram ontem (4) um protesto no centro do Rio, contra as iniciativas legislativas que podem, segundo eles, reduzir seus direitos constitucionais, se aprovadas no Congresso. A manifestação foi batizada de Mobilização Nacional Indígena Contra o Retrocesso Social e também ocorreu em outros estados.

Os índios temem que propostas de emendas constitucionais (PECs) que tramitam no Legislativo, como a PEC 038/99, PEC 215 e PEC 237/13, além dos projetos de Lei (PL) 1610/96 e do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/12, retirem direitos indígenas conquistados com a Constituição de 1988.

O cacique Korubo, da Aldeia Korubo, no Acre, próximo à fronteira com a Bolívia, protestou contra a possibilidade de perder direitos sobre suas terras, inclusive com a abertura da exploração de petróleo. Em número aproximado de 800 pessoas, segundo o cacique, muitos dos korubos ainda não foram contatados e seguem isolados.

“Nossa terra tem petróleo e pode ser privatizada. Nós estamos saindo para a rua pedindo apoio da imprensa e da população. Nós, índios, não temos representante no Congresso Nacional, mas a bancada ruralista tem. Então, a população indígena não sabe para onde correr. A situação é cada vez mais crítica. O Estado não quer reconhecer as terras indígenas e diz que o índio que mora na cidade não é mais índio. Mas nós temos cultura, tradição, costume e religião própria”, disse.

Os índios se concentraram em frente ao prédio da Petrobras, na Avenida Chile, e depois saíram em passeata pela Avenida Rio Branco, até a Cinelândia. Carregando faixas e cartazes, eles distribuíram panfletos para a população, com as principais reivindicações. Os manifestantes também são contra a Portaria 303/12, da Advocacia-Geral da União (AGU) e o Decreto 7.957/13, que paralisaram, segundo eles, os processos de demarcação de terras indígenas, a criação de unidades de conservação, titulação de quilombos e implementação de reforma agrária.

'Pianista sexy' vai de maiô a protesto e irrita índios
SÍTIO MEIO NORTE, 03.10.2013

Rita Tibes, que faz vídeos nua, diz que fez 'protesto inspirado no Femen'.



Rita Tibes, que adota o pseudônimo "Suzy Pianista Sexy" em vídeos nos quais toca piano nua, esteve no fim da tarde da quarta-feira (2) no vão do Museu de Arte de São Paulo (Masp), para fazer um "protesto pela educação no Brasil". A ex-professora de piano ficou apenas de salto alto e maiô no vão do museu. "Fui inspirada nas ideologias do Femen", ela diz, citando o grupo de feministas que costuma fazer protestos sem roupa.

Um grupo de índios protestava no mesmo local contra a PEC 215, que submete ao Congresso a decisão sobre demarcação de terras indígenas. Os índios se irritaram com

a presença de Rita. Junto de uma antropóloga da Funai, eles pediram para que a pianista saísse do local onde eles estavam, para que as manifestações não fossem confundidas.

'Pela educação'

O motivo do "protesto solitário" da ex-professora de piano, que mora em Florianópolis, foi a melhora da educação no Brasil. "Há uma manifestação pela melhora dos salários dos professores no Rio de Janeiro. Eu quero compartilhar a minha solidariedade. Sou a favor de aumentar a qualidade de ensino na rede pública. Já foi comprovado que um país que não tem qualidade de ensino não vai para frente".

Rita explica que foi a São Paulo protestar por uma pauta de manifestantes do Rio pois queria "disseminar" a indignação. "Eu sou a favor da disseminação dos protestos em todo o país. Por estar mais concentrado no Rio, eu fiz minha parte do trabalho. Fui protestar no centro do país, que é São Paulo."

"Às vezes, só tirando a roupa para as pessoas e o governo ouvirem a gente, as coisas que reivindicamos", disse Rita. "Algumas pessoas tiram a roupa, outras abraçam árvore, outras fazem greve de fome. A minha forma foi essa, para contribuir um pouco com a sociedade", ela argumentou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2013

Brasília, 07 de outubro de 2013.

Discussão com índios

A pianista disse que não conhecia a causa da PEC 215, que era combatida pelos índios no local. "Não sei se é direito deles [pedir que ela se afaste do local]. Eu entendo que eles não queriam que confundisse uma coisa com a outra. Mas irrita um pouco", disse Rita.

Após sair do vão do Masp, Rita ficou de maiô na calçada em frente ao museu e na faixa de pedestres da Avenida Paulista.

Vídeos e blog

Rita mantém um blog, chamado "Simplesmente Suzy", onde posta seus vídeos, ensaios e responde perguntas. Nos últimos dias, ela tem postado comentários sobre suas entrevistas e participações em programas de TV.

As causas da grande mobilização indígena

SÍTIO OUTRAS PALAVRAS, 05.10.2013



Por Marcelo Degrazia

A Mobilização Nacional Indígena, deflagrada ao longo desta semana, é uma luta pela defesa dos direitos indígenas adquiridos e para barrar uma avalanche devastadora, liderada pela Frente Parlamentar do Agronegócio. A luta é pela terra, sua posse e uso. A convocação foi da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e envolve organizações indígenas e indigenistas de diversas partes do país, agora articuladas e em luta.

A linha do tempo vai até as caravelas de Cabral, mas vamos tomá-la a partir deste ano, para compreender melhor o contexto atual. Em 16 de abril, cerca de 300 índios ocuparam o plenário da Câmara, em protesto contra a instalação de Comissão Especial para analisar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que torna praticamente impossível a demarcação das terras indígenas, ao tirar esta prerrogativa da Fundação Nacional do Índio (Funai) e transferi-la ao Congresso Nacional.

Na ocasião o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), prometeu não instalar a comissão antes do final de agosto. A Casa criou então um grupo de trabalho para discutir a condição dos índios no Brasil, cujo relatório seria um subsídio importante para a decisão de constituir ou não a comissão. Integraram o grupo lideranças indígenas, deputados ruralistas e parlamentares que defendem os direitos dos índios. Segundo Lincoln Portela (PR-MG), mediador do grupo, "basicamente aprovamos a rejeição da PEC 215." A rejeição, concluindo pela inconstitucionalidade do projeto, foi por unanimidade dos presentes, já que nenhum parlamentar da frente do agronegócio compareceu às reuniões.

CONT.



Na noite de 10 de setembro, contrariando o parecer do grupo de trabalho criado por ele mesmo, Henrique Eduardo Alves instituiu a Comissão Especial para analisar a PEC 215. Alves estaria atendendo compromisso assumido com a bancada ruralista durante sua campanha para a presidência da Câmara. Muitos dos 27 deputados indicados então para a Comissão Especial integram a frente do agronegócio e são autores de projetos que suprimem direitos dos índios, como veremos.

Nessa semana da Mobilização, Alves pretendia instalar a Comissão Especial, com a indicação do relator e do presidente – mas teve de recuar diante das manifestações.

A PEC 215, de 2000, é de autoria do ex-deputado Almir Sá (PRB-RR), atualmente presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Roraima. Ela estabelece a competência exclusiva do Congresso Nacional para aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e ratificar as demarcações já homologadas – hoje atribuições exclusivas do Executivo, que as executa por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai). Na avaliação de organizações indígenas e indigenistas, na prática significará o fim de novas demarcações. O risco não seria apenas para o futuro, mas também para hoje, pois das 1.046 terras já demarcadas apenas 363 estão regularizadas. As demais, ainda em processo por vários fatores, ficariam com sua homologação na dependência do Congresso. “Como contamos nos dedos quantos congressistas defendem a causa indígena, com certeza nenhuma terra será demarcada”, considera Ceíça Pitaguary, líder do movimento indígena do Ceará.

“A PEC é flagrantemente inconstitucional”, afirmou Dalmo Dallari, professor de direito da Universidade de São Paulo, ao Instituto Socioambiental (ISA): ela não respeita a separação dos poderes. As demarcações e homologações são atribuições do Executivo, procedimentos de natureza administrativa; ao Legislativo compete legislar e fiscalizar. Para alguns antropólogos, o direito à ocupação dessas terras é originário, e está assegurado na Constituição – as demarcações são apenas reconhecimento desse direito pré-existente.

A opinião de Carlos Frederico Maré, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná vai na mesma direção. Ex-presidente da Funai, ele sustenta que a demarcação é um procedimento eminentemente técnico. Em entrevista ao ISA, disse que “a Constituição não deu direito à demarcação. Deu direito à terra. A demarcação é só o jeito de dizer qual é a terra. Quando se coloca todo o direito sobre a demarcação retira-se o direito à terra, porque então ele só existirá se houver demarcação. É isso que está escrito na PEC: que não há mais direitos originários sobre a terra. Muda-se a Constituição, eliminando-se um direito nela inscrito.”

O Projeto de Lei (PL) 1.610, de 1996, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas. Foi apresentado a pretexto de defender o “interesse nacional” (a ser explorado pela iniciativa privada, conforme o Código de Mineração). Se aprovado, irá se converter em lei complementar ao artigo 231 (Capítulo VIII) da Constituição. O senador pediu regime de urgência. Quer votar, portanto, sem muita discussão, e a matéria só não foi submetida à apreciação da Casa devido à mobilização em torno do tema. Na prática, talvez seja tão ou ainda mais danosa que a PEC 215. E não seria de duvidar que esta estaria sendo o boi de piranha, já que o governo mostrou-se receptivo ao PL 1.610.

CONT.



Já o PL 227, de 2012, retrata cruamente um dos aspectos centrais do chamado “sequestro da democracia” pelas instituições que deveriam expressá-la. Foi proposto pelo deputado Homero Pereira (PSD-MT), ex-presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio, a princípio com redação que visava dificultar as futuras demarcações de terras indígenas. Fazia-o diluindo atribuições da Funai e incluindo, entre as comissões encarregadas de definir novos territórios, os proprietários de terra. Já em sua origem era, portanto, anti-indígena.

Mas tornou-se muito pior, ao tramitar pela comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara. Sem que tenha havido debate algum com a sociedade, os deputados que integram a comissão transformaram inteiramente sua redação. Converteram-no num projeto de lei que, se aprovado, revogará na prática, pela porta dos fundos, o Artigo 231 da Constituição.

Tal dispositivo trata dos direitos indígenas. Reconhece “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Estabelece uma única exceção: em situações extremas, em que houvesse “relevante interesse público da União” a exclusividade dos indígenas seria flexibilizada e seus territórios poderiam conviver com outros tipos de uso. Esta possibilidade, rara, precisaria ser definida em lei complementar.

Na redação inteiramente nova que assumiu, o PL 227/2012 é transformado nesta lei complementar. E estabelece, já em seu artigo 1º, um vastíssimo leque de atividades que poderão ser praticadas nas terras indígenas. Estão incluídas mineração, construção de hidrelétricas, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, campos de treinamento militar e muitos outros.

Um inciso (o VIII), de redação obscura, procura ampliar ainda mais as possibilidades de violação dos territórios índios. Estabelece que é também “de relevante interesse público da União” a “legítima ocupação, domínio e posse de terras privadas em 5 de outubro de 1988”. Embora pouco claro, o texto dá margem a uma interpretação radical. A data mencionada é a da entrada em vigor da Constituição – quando foram reconhecidos os atuais direitos indígenas. Estariam legitimados, portanto, os “domínios e posses de terras privadas” existentes antes da Carta atual. Em outras palavras, a legislação recuaria no tempo, para anular na prática as demarcações que reconheceram território indígena e afastaram deles os ocupantes ilegítimos.

A PEC 237, de 2013, é de iniciativa do deputado Nelson Padovani (PSC-PR), titular do PSC na Comissão Especial da PEC 215, integrante da comissão do PL 1.610 e um dos signatários do pedido de criação da CPI da Funai, uma das estratégias da Frente para enfraquecer o órgão federal, já penalizado por redução de verbas. Essa PEC, se aprovada, tornará possível a posse indireta de terras indígenas a produtores rurais na forma de concessão. Será a porta de entrada do agronegócio aos territórios demarcados, e essa possibilidade tem tirado o sono de indígenas e indigenistas.

A portaria 303, de iniciativa da Advocacia Geral da União (AGU) em 16/07/2012, é outro dispositivo que tolhe direitos indígenas, com tom autoritário, em especial no inciso V do art. 1º, em que o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da política de defesa nacional

CONT.



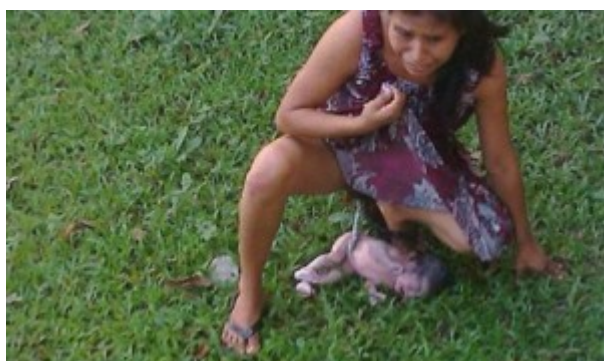
(!), à instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, à expansão estratégica da malha viária, à exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e ao resguardo das riquezas de cunho estratégico, a critério dos órgãos competentes (Ministério da Defesa e Conselho de Defesa Nacional), projetos esses que serão implementados independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Funai (grifo nosso).

É a pavimentação para o avanço econômico do capitalismo sem fronteiras, além de contrariar a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de 1989, assinada pelo Brasil, a qual assegura o direito de os povos indígenas serem consultados, de forma livre e informada, antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens ou direitos.

Todas essas iniciativas legais têm por objetivo possibilitar o avanço do agronegócio e da exploração de lavras minerais sobre as terras indígenas. Assim se permitiria inclusive a intrusão em territórios de nações não contatadas. Basta um simples olhar na autoria dos projetos, na trajetória negocial de seus autores e apoiadores, em suas relações comerciais com o agronegócio nacional e estrangeiro e na sua atuação articulada através de uma Frente Parlamentar para se ter certeza de que o interesse econômico é privado, setorista e excludente, em nada aparentado ao interesse nacional, do bem comum ou da União. Se há diversificação de interesses nos projetos, é na razão direta da fome, mas de lucros, do agronegócio, da bancada ruralista, das mineradoras, das madeireiras e empreiteiras.

Indígena dá luz em pátio de Hospital

SÍTIO ECOS DA NOTÍCIA, 05.10.2013



A notícia chegou ao conhecimento da Imprensa local porque um visitante do Hospital teria feito a foto e postado no Facebook.

Uma Indígena da etnia Mazateca da cidade de Oaxaca, interior do México deu a luz no pátio de um Hospital porque segundo o site processo.com os atendentes não teriam entendido o que a indígena queria falar, misturava o espanhol com a língua da etnia.

Por telefone os atendentes conversaram com os médicos plantonistas e teriam falado o pouco do que entenderam sobre a necessidade da indígena, porém deixaram claro que ela estaria grávida e aparentava ter entrado em trabalho de parto.

Os médicos argumentaram que, como a indígena não fala espanhol perfeitamente não a compreenderam. Ou que, como havia sido assistido por parteiras durante a gravidez, eles não tinham certeza do que estava acontecendo. Decidiram que não entendia e ignorou o óbvio : a mulher precisava de ajuda.

A indígena Irma López Aurélio esperou mais de duas horas. Tentou obter o apoio de enfermeiros e pessoal administrativo, mas ninguém entrou.

Assim, nas primeiras horas da quarta-feira passada , quando o sol tinha acabado de sair , foi para o jardim do centro de saúde, e lá, sem assistência deu à luz a uma criança de 2 quilos 400 gramas.

Somente depois que a indígena deu a luz no gramado do pátio é que os funcionários socorreram a mulher e a criança.

A notícia chegou ao conhecimento da Imprensa local porque um visitante do Hospital teria feito a foto e postado no Facebook.

A direção do Hospital garantiu que já iniciou investigação para detectar os responsáveis pelo ocorrido.

Repórter de uma guerra secular: mobilização indígena em Brasília

SÍTIO DIÁRIO LIBERDADE, 04.10.2013



Brasil - Adital - [Egon Dionisio Heck] Em frente ao Congresso centenas de policiais estão apostos e dispostos a reagir a qualquer tentativa de entrada na "casa do povo". Do outro lado da trincheira verde centenas de indígenas de todo o país decididos a visitar a sua casa e entregar um documento com suas exigências e reivindicações. Quando os indígenas se aproximam, recebem uma rajada de spray de pimenta nos olhos. Correm com a forte ardência dos olhos. Revoltados pelo ato

covarde dos "receptionistas" com suas armas modernas de uma guerra secular, insistem em sua intenção de entrar no Congresso, covardemente abandonado, com as atividades suspensas. Seguem-se momentos de tensão e expectativa. Os Kayapó e Xavantes fazem seus rituais de guerra e com seus arcos, flechas e bordunas avançam em direção aos policiais. Centenas de guerreiros de inúmeros povos se posicionam frente ao Congresso ao qual pretendiam entrar para um ato de protesto, num diálogo impossível, de uma casa donde partem iniciativas mortais contra seus povos e direitos.

É apenas mais um capítulo de uma guerra secular. Mudam as armas e os atores, mas o processo de invasão, violência, saque e extermínio genocida continuam. Infelizmente, nessas últimas décadas, tenho sido mais uma espécie de repórter, testemunho e indignado registrador das violências que o projeto colonizador impetra contra os povos originários dessa terra.

A guerra se sofisticou. Colocaram-se silenciadores nas armas pesadas, aprovadas na calada da noite, nas formas de projetos de lei, portarias, projetos de emendas constitucionais e todo um arsenal de artilharia acionada contra os direitos constitucionais indígenas

Simbolicamente, na tarde desse dia 2 de outubro, Brasília se transformou no palco de mais uma batalha contra os direitos dos povos indígenas. Impedidos de entrar no Congresso, os indígenas manifestaram sua indignação fechando o acesso aos três poderes e circulando por esses espaços, fortemente ocupados por tropas policiais.

Mulheres Pataxó, de Coroa Vermelha, revoltadas com a ação dos policiais que atiraram spray de pimenta em seus olhos, chorando xingavam os responsáveis pela atualização da violência desses 513 anos, desde que Cabral iniciou a invasão de seu território.

Solidariedade e apoio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2013

Brasília, 07 de outubro de 2013.

Foi um dia marcante para os mais de mil indígenas de uma centena de povos de todo o país. Foi o momento de deixar as cores da lona de circo e circular nos espaços dos Três Poderes, em lindos e coloridos rituais e indignadas manifestações e exigências.

Mas foi também um dia em que receberam importante solidariedade da Central Única dos Trabalhadores – CUT, "Declaramos todo apoio à semana de mobilização em defesa dos direitos indígenas, presentes na Constituição Federal...". O sindicato dos servidores públicos no distrito federal – SINDSEP-DF "vem a público apoiar a convocação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil para as manifestações em defesa dos direitos indígenas presentes na Constituição Federal de 1988...Nós enquanto representantes dos servidores públicos não podemos estar ausentes dessa luta, pois o que está em jogo é a soberania nacional". Também receberam importante apoio da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, onde participaram de um debate e de uma centena de deputados aliados que vieram até o acampamento trazer seu apoio e solidariedade.

A mobilização e luta dos povos indígenas em todo o Brasil e particularmente em Brasília a cada dia que passam vem recebendo apoio da sociedade brasileira e internacional, "pois essa é uma luta pela vida dos povos, da natureza, do planeta terra".

Povo Guarani Grande Povo.

Cimi, Brasília, 3 de outubro de 2013

Festival em Belém celebra as culturas indígena e africana

SÍTIO PORTAL ORM, 05.10.2013

Programação acontece neste domingo (6), no Mormaço, na Cidade Velha

Música, culinária, exposições fotográficas e audiovisuais fazem parte da programação do 1º Festival de Cultura Afro-indígena. O evento, que celebra a importância das culturas indígena e africana para a formação da identidade cultural do paraense, acontece neste domingo (6), a partir das 17h, no Mormaço, na Cidade Velha.



Chico Braga, Juca Culatra e Ronaldo Silva estão entre as atrações do 1º Festival de Cultura Afro-indígena

Entre os convidados está o mestre Chico Braga, legítimo representante do carimbó tradicional da ilha de Maiandeuá, conhecida como Algodoal. Além dele, também haverá os shows de Ronaldo Silva, Juca Culatra, Renato Rosas e Thomé Vianna, que veio diretamente da Bahia para lançar o bloco Banana Reggae no Pará, além do DJ Fernando Wanzeler.

A programação cultural contará ainda com exposições fotográficas e audiovisuais de artistas e diretores que em suas produções abordam a contribuição destas culturas no cotidiano do paraense, visível nos estilos musicais carimbó, siriá, no batuque, lundu. Durante o Festival, o público também poderá conferir as comidas típicas que sofreram influência dessas duas culturas, como tapioca, tacacá, maniçoba, pato no tucupi e peixe com açaí.

Serviço: Festival de Cultura Afro-indígena. Neste domingo (6), a partir das 17h, no Mormaço Bar e Arte (passagem Carneiro da Rocha s/n, ao lado do Mangal das Garças). Ingressos a R\$ 10 antecipado e R\$ 15 na hora. Mais informações: (91) 8057-8323 e (91) 8104-6880.

Redação Portal ORM



Processo sobre Terra Indígena Kayabi é remetido à Câmara de Conciliação da Administração Federal

SÍTIO JUS BRASIL, 03.10.2013

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), remeteu os autos da Ação Cível Originária (ACO) 2224 à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal no âmbito da Advocacia-Geral da União (CCAF/AGU). A ACO 2224 foi ajuizada pelo Estado de Mato Grosso, com pedido de tutela antecipada, para questionar decreto presidencial de 24 de abril de 2013, que homologou a demarcação da Terra Indígena Kayabi.

A remessa dos autos foi determinada pelo relator por meio de despacho, tendo em vista a possibilidade de conciliação (um dos meios alternativos e voluntários de resolução de conflitos no qual o terceiro – o conciliador – irá interferir para as partes chegarem a um acordo) e com base no artigo 125, inciso IV, do Código de Processo Civil (CPC), segundo o qual compete ao juiz tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.

Cabe à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal dirimir, por meio de conciliação, as controvérsias entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como entre esses e a Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios.

O caso

Conforme os autos, trata-se de conflito federativo entre a União e o Estado de Mato Grosso, estabelecido com a homologação da demarcação da Terra Indígena Kayabi, uma vez que "a União declarou como indígenas e, consequentemente, como suas, terras pertencentes ao Estado de Mato Grosso". Os procuradores de MT alegam que a demarcação de terras indígenas em território estadual "configura conflito federativo que gera a competência originária do STF" e, dessa forma, "cabe ao Supremo dizer se a área é indígena ou não".

EC/AD



Janete comemora resultados das recentes manifestações indígenas

SÍTIO PSB 40, 04.10.2013

A deputada Janete Capiberibe (PSB/AP), que tem constantemente estimulado os índios a se mobilizarem para terem garantidos os seus direitos, comemorou que, por conta das manifestações recentes, a Comissão Especial que analisará a PEC 215 ainda não tenha sido instalada. “Vamos arquivar a PEC 215, vamos arquivar o PL 1610 e o PLP 227”, discursou, em meio aos índios, a socialista que integra a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e a de Apoio aos Povos Indígenas.

Caciques e lideranças indígenas presentes na “Mobilização Nacional em Defesa da Constituição Federal, dos Direitos Territoriais Indígenas, Quilombolas, de outras populações e da Mãe Natureza” entregaram, nesta quinta, 03, uma declaração a um grupo de deputadas e deputados federais. Uma marcha saiu do acampamento montado na Esplanada dos Ministérios até o gramado em frente ao Congresso. Diante de um forte aparato de segurança, caciques fizeram um funeral simbólico dos seus maiores adversários. Cerca de 1,5 mil índios de 100 povos brasileiros estão em Brasília.

Declaração – A declaração repudia as articulações combinadas entre os setores privado e público para descaracterizar os direitos e as terras dos povos indígenas, pondo em risco sua integridade. O documento questiona a paralisia “nas demarcações de terras indígenas, a criação de unidades de conservação, a titulação dos quilombos e a implementação da reforma agrária”.

“A bancada ruralista, a serviços de interesses privados, quer a qualquer custo suprimir os nossos direitos, rasgando a Constituição Cidadã, por meio de dezenas de projetos de lei e emendas à Constituição – em especial a PEC 215/00, PEC 237/13, PEC 038/99, PL 1610/96 e PLP 227/12 e outras tantas iniciativas legislativas nocivas, destinadas a legalizar a exploração e destruição, disfarçada de progresso, dos nossos territórios e da mãe natureza, em detrimento da integridade física e cultural, das atuais e futuras gerações dos nossos povos e culturas”.

“Essa conduta omissa e conivente, de pactuação e submissão aos interesses do capital é materializada na edição de medidas que agravam a desconstrução dos nossos direitos (...) ao mesmo tempo que promove a destruição dos nossos territórios por meio da expansão do agronegócio, das hidrelétricas e de tantos outros grandes empreendimentos do PAC”. Em outro trecho, afirmam que há “flagrante desrespeito à Constituição Federal e aos tratados internacionais assinados pelo Brasil”.

Os indígenas afirmam que estão “mobilizados e dispostos a autodemarcar, proteger e desintrusar nossos territórios, custe o que custar, em memória dos nossos ancestrais, dos nossos antepassados”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2013

Brasília, 07 de outubro de 2013.

Ao final das quatro páginas pedem o arquivamento das proposições que consideram prejudiciais e “a revogação de portarias e decretos que afrontam nossos direitos”, a aprovação da emenda constitucional que lhes garante quatro vagas na Câmara dos Deputados, a retomada das demarcações das terras indígenas, o fortalecimento da FUNAI, a prioridade do Supremo Tribunal Federal ao julgamento dos processos de interesse das comunidades indígenas e o respeito ao caráter multiétnico e pluricultural do Brasil.

A Mobilização Nacional Indígena começou na segunda, 30 e se estende até no sábado, 05, em Brasília e outras capitais dos estados.

Assessoria da deputada Janete Capiberibe



O grito de indígenas e quilombolas de Oriximiná

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 06.10.2013

Na última quinta-feira, aproximadamente 200 índios entregaram a deputados federais reivindicações em defesa de demarcações de terras. Em Belém, índios e quilombolas de Oriximiná, município do oeste do Pará, também realizaram pequenos atos de protesto contra o Projeto de Emenda Constitucional 215/00. A PEC daria poderes ao parlamento para decidir sobre demarcações e titulações dos territórios indígenas e quilombolas. Índios e remanescentes de escravos têm pressa no município paraense. As terras estão sendo ocupadas aos poucos por mineradoras, hidrelétricas, madeireiras e pela soja.

Quinze comunidades quilombolas em Oriximiná aguardam pela regularização das terras. Os processos de titulação dos territórios Alto Trombetas, Jamari, Moura e Ariramba foram abertos pelo Incra e pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) em 2004 e 2005. É uma área de mais de 330 mil hectares, o equivalente a mais de 300 mil campos de futebol. Seis anos depois, os processos pouco andaram. "Nem mesmo a fase inicial dos estudos de identificação foi executada", diz Lúcia Andrade, da Comissão Pró-Índio, de São Paulo (CPI-SP), uma das organizações responsáveis por um amplo estudo chamado 'Terras Quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças'.

O documento esmiúça a situação de índios e quilombolas no município, principalmente dos segundos. Os quilombolas vivem em nove territórios nas margens dos rios Trombetas, Erepecuru, Acapu e Cuminã. São 35 comunidades em Oriximiná. O município se espalha na chamada Calha Norte do Pará, onde está a maior concentração de áreas protegidas do mundo, com quase 13 milhões de hectares de unidades de conservação estaduais, 1,3 milhão de hectares de unidades de conservação federal e pouco mais de 7 milhões de hectares Terras Indígenas.

Apenas sete terras quilombolas estão tituladas na área de influência da Calha Norte. "A pressão tem sido grande", diz o líder comunitário Domingos Printes, 42 anos, morador do Abuí, no Rio Trombetas.

"Durante décadas, o isolamento ajudou os quilombolas a manter suas terras protegidas. Seus territórios apresentam grandes extensões de florestas com quase 100% de suas áreas preservadas. Mas o avanço da ocupação dessa região torna os quilombolas cada vez mais vulneráveis a uma série de ameaças, como a exploração madeireira e mineral, planos de exploração do potencial hidrelétrico dos rios que cortam suas terras e ações de pescadores e garimpeiros", afirma Lúcia Andrade.

Avanço

CONT.



Tomando como base imagens de satélite, a CPI-SP constatou que o desmatamento na área do entorno das terras quilombolas totalizou quase 300 quilômetros quadrados até 2009. "Isso representa 19% de toda área desmatada de Oriximiná, diz Andrade.

É uma situação que pode se agravar ainda mais. Segundo o documento da CPI-SP, nos últimos cinco anos, as comunidades quilombolas em Oriximiná receberam diversas ofertas de parceria por parte de empresas madeireiras para exploração florestal. Isso porque os territórios quilombolas já titulados nessa região apresentam-se como opção bastante atraente para as empresas. Há dois motivos para essa cobiça. O primeiro são as extensas áreas de floresta. O segundo, a situação regularizada.

Em fevereiro de 2011, duas associações ligadas a comunidades quilombolas firmaram acordos para exploração de madeira em seus territórios com a Construtora Medeiros Ambiental, com sede em Tocantins. A parceria é questionada. "Os contratos não fazem referência nem anexam documentos que demonstrem que os membros das associações quilombolas tenham ciência e aprovaram em assembleia os termos do contrato", informa Lúcia Andrade.

"Isso aconteceu porque não existiu depois da titulação uma política pública do governo. Titularam e pronto. As associações não tiveram outra opção", defende Domingos Printes. Como não contam com meios para fazer um monitoramento adequado e garantir que a exploração florestal seja realizada por meio de manejo de baixo impacto, as comunidades terão de correr o risco de ver o território ameaçado.

É um risco real. Um estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) já mostrou que 73% dos hectares explorados no Pará entre 2008 e 2009, por exemplo, não haviam sido autorizados pela Secretaria de Meio Ambiente.

A exploração mineral é outra fonte de preocupação dos quilombolas em Oriximiná. Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) indicam a existência de 94 processos minerários que incidem em terras quilombolas. Bauxita, fosfato e ouro encabeçam os processos.

A única empresa que já desenvolve atividades de exploração em Oriximiná é a Mineração Rio do Norte, que afirma estar cumprindo todos os requisitos legais para a atividade e com respeito às comunidades quilombolas, sem invasão de terras dessas comunidades.

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (Arqmo) discorda e diz que o diálogo com a MRN se iniciou após a denúncia dos quilombolas ao Ministério Público Federal (MPF) de que funcionários da empresa já estavam realizando atividades nas terras, sem uma conversa prévia com as comunidades, e que em nenhum momento nem as comunidades nem a Arqmo deram autorização ou anuência para a realização de pesquisa ou extração de minérios na área.

(Diário do Pará)

'Vivemos o maior ataque a direitos indígenas desde 1988', diz pesquisadora
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 06.10.2013

Daniela Alarcon, acompanha luta da tribo Tupinambá pela "retomada" de suas terras, em conflito com fazendeiros e posseiros no sul da Bahia



'As retomadas de terras costumam ser qualificadas pelos setores anti-indígenas como ilegais, invasões. Na verdade, são uma forma de ação política essencial para a construção de projetos de vida autônoma'

constituição de 1988.

São Paulo – Para a cientista social Daniela Alarcon, vive-se no Brasil uma conjuntura extremamente desfavorável aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e aos camponeses. "Setores como o agronegócio ganharam muito espaço no governo Dilma", diz. Segundo ela, essa é uma das principais razões da não conclusão do processo demarcatório das terras indígenas no sul da Bahia, assim como de outras áreas e da secular não realização da reforma agrária.

Ela se debruça sobre o tema desde 2010, esteve em pesquisa de campo durante quatro meses em 2012, e conta que conheceu todas as áreas retomadas na Serra do Padeiro, entre outras terras indígenas sob litígio. Em março de 2013, Daniela Alarcon concluiu pesquisa de mestrado pela UnB (Universidade de Brasília) sobre as retomadas de terras entre os tupinambás. E alerta: "Vivemos hoje o maior ataque aos direitos indígenas desde a promulgação da

A pesquisadora afirma que há favorecimento do agronegócio por trás da demarcação das terras indígenas no sul da Bahia. "Há indícios disso", aponta. "O governo Jaques Wagner (PT-BA), por exemplo, tem se apresentado como um interlocutor constante, e muitas vezes, o que é bizarro, como porta-voz da elite regional do sul da Bahia. Está evidente a opção pelo agronegócio, pelo setor hoteleiro, em detrimento dos direitos indígenas."

Em reportagem recente da Agência Brasil, Wagner argumenta que seu governo se preocupa com pequenos agricultores. "Não se trata de grandes latifundiários, mas várias famílias que estão na terra há até 80 anos, plantando e sobrevivendo, e essas famílias muitas vezes não têm para onde ir", afirmou. Confira a seguir trechos da entrevista que Daniela Alarcon concedeu à Revista do Brasil, para reportagem sobre o tema que estará na edição de outubro

Você aborda esse suposto movimento anti-indígena em sua pesquisa?

CONT.



Sim, chamo de "frente contra a demarcação", os indígenas e outros setores defendem fortemente a necessidade de pagar o quanto antes as indenizações aos ocupantes não-índios que têm direito, isso distenderia imensamente o conflito. E o governo Wagner "opina" contra e aponta para a judicialização do processo.

Mas então a preocupação do governo com os pequenos agricultores não é legítima?

Claro que há os pequenos, e por isto este caso é tão complicado, mas há grandes, há netos e bisnetos de coronéis de cacau. Mas estão tentando caracterizar, por isso, a demarcação como um "trauma", e não como o reconhecimento de um direito originário, previsto na Constituição, como uma oportunidade de fazer justiça histórica.

Essa lentidão na conclusão da demarcação é ilegal, afinal, os prazos já expiraram?

Sim, o processo de demarcação de Terras Indígenas é regulamentado pelo decreto 1.775/96, e é bastante claro quando estabelece prazos máximos para cada uma das etapas do processo, do começo ao fim. Então tem lá: x dias para que o grupo de trabalho elabore o relatório, x dias para que a Funai faça isso, x dias para que o MJ faça aquilo. Mas a Funai, o MJ, a Presidência da República desrespeitam sistematicamente esses prazos. É gritante: o decreto fala lá em 30, 60 dias para determinadas etapas, que acabam se estendendo por anos. O MPF propôs uma ação civil pública responsabilizando o estado pela omissão e abusiva demora.

Você acredita que essa lentidão pode ter alguma relação com a PEC 215?

Certamente. Essa é a leitura que fazemos. uma série de medidas administrativas e propostas legislativas buscam retroceder, retirando direitos constitucionalmente garantidos, sobretudo, o direito ao território, a PEC 215 vai nessa direção. Nesse quadro, recentemente, o governo federal determinou a paralisação de processos de demarcação de TIs em curso. Isso infelizmente nos leva a crer que, se o governo não age para garantir os direitos indígenas hoje, é por que aguarda que se consumam essas alterações, que tornariam muito mais difícil, talvez impossível, a demarcação. Esse pedido foi feito pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Quais os argumentos apresentados por ela?

Ela utiliza os típicos argumentos da bancada ruralista, alega que o procedimento demarcatório é "falho", que a Funai age "interessadamente" (seja lá o que for isso), que é preciso pensar no "desenvolvimento", que é preciso ouvir todos os "interessados", envolvendo a Embrapa, o Ministério da Agricultura.

E as ações chamadas de retomada dos índios também não são ilegais?

As retomadas de terras costumam ser qualificadas pelos setores anti-indígenas como ações ilegais e ilegítimas, como "invasões". Na verdade, elas são a principal forma de ação política desenvolvida contemporaneamente pelos tupinambás. São condição essencial para a construção, pelos indígenas, de projetos de vida autônoma. Retomando fazendas, eles tornaram-se capazes de deixar as posições de subordinação que ocupavam na sociedade

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 181/ 2013

Brasília, 07 de outubro de 2013.

regional (inclusive desempenhando trabalho escravo, em alguns casos) e de voltar a se dedicar às atividades que desenvolviam tradicionalmente, como agricultura em pequena escala, criação de animais, caça, pesca e coleta. Entendo que tal processo permite, ainda, a manutenção e o

fortalecimento de sua identidade e de seus laços sociais e territoriais.